



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO
TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 23 DE MAIO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a presença do Sr. Vereador Mario Covas Neto e do Sr. Vereador Reis, declaro abertos os trabalhos da audiência pública conjunta da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esta audiência pública atende ao Requerimento 15/2013, de autoria do Vereador Mario Covas Neto, e foi aprovada na reunião ordinária realizada no dia 10 de abril com a finalidade de discutir o PL 415/2012, de autoria do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011-2010. Esta audiência pública foi divulgada por meio de divulgação no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 21, 22 e 23 de maio, no jornal *Diário de São Paulo*, no dia 21 de maio, e no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 22 de maio.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Antônio Cesar Russo Callegari, Secretário Municipal de Educação; Herman Jacobus Cornelis Voorwald, Secretário de Educação do Estado de São Paulo; Rosania Morales Morroni, Subsecretária de Articulação Regional da Secretaria de Educação do Estado; Eduardo Dias de Souza Ferreira, Promotor de Justiça, defensor dos interesses difusos e coletivos da infância e juventude; João Paulo Faustinone e Silva, Promotor do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo; Fernanda Beatriz Gil da Silva Lopes, Promotora de Justiça da Infância e Juventude; Marcos da Costa, Presidente da Seccional Paulista da OAB.

Para representar as delegacias regionais de ensino, foram convidados os professores André Luiz Bafume, Diretor Regional de Educação do Butantã; Alexandre da Silva Cordeiro, Diretor Regional de Educação do Campo Limpo; Marcelo Alves Nishikata, Diretor Regional de Educação da Capela do Socorro; Eliana Pereira, Diretora Regional de Educação da Freguesia do Ó/Brasilândia; Edson Luiz Amario, Diretor Regional da Educação de Guaianases; Maria Khadiga Saleh, Diretora Regional de Educação do Ipiranga; Valter de Almeida Costa, Diretor Regional de Educação de Itaquerá; Rosilei Julio Duarte, Diretor Regional de Educação do Jaçanã/Tremembé; Hélio Araújo Silva, Diretor Regional de Educação da Penha; Antônio Rodrigues da Silva, Diretor Regional de Educação de Pirituba; Paulo

Gonçalo dos Santos, Diretor Regional de Educação de Santo Amaro; Lourdes de Fátima Paschoaletto Possani, Diretora Regional da Educação de São Mateus; e Manuel Romão de Souza, Diretor Regional de Educação de São Miguel.

Para representar o Conselho Tutelar, foram convidadas as Sras. Solange Agda Cruz de Paulo Pinto, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Lualinda Silva de Toledo; Comissão de Educação do Conselho Tutelar: Rudineia Alves Arantes, Coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares; Claudio Fonseca, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação e Ensino; Profº. Ismael Neri Palhares Júnior, Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo; João Alberto Rodrigues, Presidente dos Especialistas de Educação de Ensino Público Municipal de São Paulo; Ricardo Izidio de Oliveira, Presidente da Associação dos Surdos de São Paulo; Profº. Neivaldo Augusto Zovico, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos; Feneis, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Ananda e Lindalva Feitosa Oliveira, GT de Educação Rede Nossa São Paulo.

Recebemos ofício do Sr. Herman Voorwald, Secretário de Estado de Educação, “agradece o convite para participar da audiência pública do PL 415/2012, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo, para o decênio 2011/2020, lamentando não poder comparecer, envia seus cordiais cumprimentos”.

Quero informar que, conforme requerimento de diversas associações e entidades, de doze foram marcadas oito audiências públicas. Requeremos os auditórios dos CEUs de Aricanduva, Butantã e mais três, e a Secretaria de Educação nos deu resposta negativa quanto à cessão dos auditórios dos CEUs para a realização de audiências públicas da Câmara Municipal de São Paulo, referentes ao Plano Municipal de Educação.

Vou reiterar o pedido e, se o Sr. Secretário não nos responder, o convidaremos ou o convocaremos para que venha à reunião de Administração Pública para explicar o porquê do não das audiências públicas, que poderiam ser executadas nos CEUs, um equipamento

público que é o fórum ideal para discussão e, hoje, recebi convite da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo para uma audiência pública sobre o Plano Diretor da Cidade. Então, quero saber qual o problema que o Sr. Secretário tem com os Educadores.

Quero informar que, dia 25/05/13, das 16h às 18h, na Uninove, auditório na Rua Guaranésia, 425, Vila Maria, zona Norte, teremos a segunda audiência pública; as demais, ainda estamos com problemas nos locais, sendo que estão agendadas para dia 06/06; 15/06; 20/06; 22/06; 27/06 e 29/06.

Para dar continuidade aos trabalhos, convido o Presidente da Comissão de Educação para presidir esta audiência pública.

- Assume a presidência o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, falei do dia 25 que é sábado, que será geral, mas já temos três marcadas, que serão aqui na Câmara Municipal de São Paulo, são elas as dos dias: 06/06; 20/06 e 27/06, ficando pendentes por conta do endereço as do dias: 15/05; 22/06 e 29/06.

Requeiro a V.Exa – caso hoje não dê para tratar de todo o assunto – que nós, em conjunto, marquemos outra audiência pública sobre esse item de hoje que é muito importante: a valorização dos profissionais de educação, gestão, financiamento e qualidade da educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador Mario Covas, Gilson Barreto, Público presente, é bastante lamentável a ausência de pessoas que foram convidadas para fazer a exposição sobre esse tema, para que o plenário pudesse se apropriar de informações e, com base nelas, fazer suas intervenções.

Sabemos que estamos vivendo um período de greve dos Professores, dos Educadores, que lutam, justamente, por melhores condições de trabalho e condições salariais,

inclusive, a Comissão de Educação acabou por assumir esse papel de buscar intermediar uma conversa entre Governo e os representantes da categoria, para ter uma solução negociada e rápida, que ponha fim à greve, porque as crianças estão perdendo muito com isso.

Estamos aqui nesta audiência para debater esse ponto temático do Plano Municipal de Educação. Como todos sabem, ainda não temos o Plano aprovado, e a gente espera que, no decorrer deste ano de 2013, possamos, ao final de várias audiências públicas, debates e eventos de educação que vamos ter como a própria Conferência Municipal de Educação e, também, no próximo sábado, teremos uma reunião do Fórum Municipal de Educação, às 9h.

Espero que em outras audiências possamos contar com as pessoas representantes do Executivo e, também, da sociedade civil, para que, realmente, possamos ter mais informações e um debate mais rico.

O tema de hoje é a valorização dos profissionais de educação, gestão financeira e qualidade de educação. Quem quiser fazer intervenções pode fazer uso do microfone.

Quero anunciar a presença do Vereador Davi Soares, membro da Comissão de Administração, que participa desta audiência pública conjunta com a Comissão de Educação.

Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Mario Covas.

O SR. MARIO COVAS – Sou Relator desse projeto aqui na Comissão de Administração. O projeto pretende regulamentar ou ver as perspectivas dos próximos 10 anos da Educação, que deveria ter começado há dois anos, e, até hoje, está parada essa discussão, sem o encaminhamento e sem uma solução.

Atendendo ao desejo do grupo que fez parte da elaboração desse Grupo de Trabalho, para que haja uma brevidade na apreciação desse tema, e mais ainda, solicitando uma série de audiências públicas, mas ao mesmo tempo reconhecendo que esse Plano está parado há muito tempo, estabelecemos então essas oito audiências para finalizar no primeiro semestre, conforme desejo das entidades que compõem esse grupo.

Lamento muito por tomar conhecimento somente agora que é desejo do governo

discutir durante todo o ano, então novamente vamos empurrar isso com a barriga. Como sou Relator, não quero me furtar da responsabilidade de elaborar o relatório de acordo com o que ouvi, então não passarei esse projeto adiante sem cumprir minha tarefa.

As audiências acontecerão, com a presença das pessoas ou não. Faremos um grande esforço para que compareçam nas outras audiências.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A realidade é que acontecerão alguns eventos da Educação este ano e podem surgir novas questões. O Plano Nacional de Educação está no Senado a ser votado. Tão logo seja aprovado, acho que ele acaba acelerando a aprovação do Plano Municipal de Educação. Poderão surgir novidades que os municípios terão de seguir. Também tem a questão das conferências, principalmente a municipal e a estadual.

Tem a palavra o Sr. Rui, do Sinesp.

O SR. RUI – Boa noite. Sou da Diretoria do Sinesp, que faz parte da Comissão Executiva do PME. Participamos ativamente e gostaríamos de deixar registrada a importância dessas audiências. Que a Comissão considere e defenda os estudos, e que incorpore ao PL 415 o que já foi feito por esta Comissão. Só para registrar que já existe um trabalho anterior e gostaríamos que ele fosse considerado nesse momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rui) – Passo a palavra ao nobre Vereador David Soares.

O SR. DAVID SOARES – Sr. Presidente, senhores que estão participando desta audiência pública, acho que a fala do nobre Vereador Mario Covas Neto a respeito da falta de pressa do governo de querer aprovar o Plano teve muita propriedade.

Temos de ver o lado do governo. Ele quer fazer algo que, verdadeiramente, dê rumo à educação. Por outro lado, não podemos nem correr demais nem desapressar as coisas aqui.

Na minha opinião, além de formatar esse Plano Municipal de Educação, devemos

dar mais prioridade à questão do recurso que será destinado à educação na próxima discussão da LDO; até mesmo uma proposta ousada deve ser colocada abaixo da prioridade da educação.

Peço a V.Exa. que fará esse relatório que considere algumas fotos da meta 22 para que não entremos num debate acalorado desnecessário nesta Casa.

A desigualdade deve ser tratada nesta Casa, mas que não venhamos a compor nenhuma conduta de questões pessoais nem de questões religiosas, muito menos de questões sexuais na escola. A escola tem sim o papel de formar a criança e o jovem, mas não devemos impor nenhum conceito, porque isso se aprende em casa. E quando queremos aprovar leis que a criança tem de pensar isso ou aquilo, acabamos entrando num debate que, a meu ver, não melhora em nada a educação.

Devemos sim melhorar as condições do profissional, a sua estrutura e, principalmente, a remuneração do profissional da educação, que ainda está aquém.

Portanto, Sr. Presidente, deixo essa contribuição para que nos aprofundemos nesse debate, mas que também não deixemos para resolver no final do ano.

Parabéns, nobre Vereador, por ter estabelecido essas oito audiências públicas. Podemos até pensar em 10, 12 audiências, até que tenhamos certeza de que tudo foi tratado e estabelecido e que haja um consenso na Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Nanda, do GT de Educação.

A SRA. NANDA – Boa noite. A começar valorizando a iniciativa da Comissão de Administração Pública de ouvir a Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação e convocar essas audiências públicas.

É importante esclarecer que, desde o início do processo, a Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação tem reivindicado um conjunto de audiências públicas que contemple todas as comissões envolvidas com o Plano na Casa.

A preocupação da Comissão Executiva nesse momento é que o Plano tramite até o final do primeiro semestre, passando por todas as comissões e garantindo a participação nesse processo. Entendemos que as audiências públicas são importantes para essa discussão, primeiro, por conta das demandas que tramitarão na Casa nesse período: a discussão da revisão do PDE, do PPA e da LDO.

Nesse sentido, quero fazer um questionamento aos Srs. Vereadores se há viabilidade de discussão para que, de fato, o debate aconteça e que seja incorporado no Projeto de Lei. A segunda justificativa, do porquê da urgência: claro, além do fato de que esse processo já está em pauta há mais de uma década na cidade de São Paulo, e de que o Plano Nacional de Educação reconhece a necessidade de Planos Municipais de Educação, necessário se faz reconhecer o processo que ocorreu até agora, com a Conferência Municipal de Educação, de 2010, a partir da qual já há um acúmulo que propiciou a elaboração desse projeto de lei que ora discutimos.

Aproveito para entregar o documento de sistematização do processo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo para esta Comissão de Administração Pública. Enfatizo a importância do diálogo entre as três Comissões que acompanharão o Plano e espero que esse processo aconteça com participação social e, ao mesmo tempo, com brevidade para que esse plano seja aprovado.

Por fim, aproveito que esta audiência pública está relacionada com financiamento da educação para enfatizar a importância de uma meta que havia sido aprovada na Conferência Municipal de Educação e que foi retirada do projeto de lei. Assim, solicito o acréscimo dessa meta relacionada ao aumento de 1% ao ano durante cinco anos no gasto da receita resultante de impostos e das transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que a gente conhece como MDE. Além disso, essa meta tem várias estratégias - que depois poderemos informar por escrito -, dentre as quais, além do controle social dos recursos destinados à educação, o fortalecimento dos mecanismos e instrumentos que promovam a

transparência e a necessidade de se definir um custo-aluno-qualidade da educação básica na cidade de São Paulo.

Era isso o que eu tinha a dizer, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (REIS) - Obrigado, Srta. Ananda. A próxima inscrita é a **Giulia Pierro**, coordenadora do **EducaFórum**.

A SRA. GIULIA PIERRO – Boa noite a todos. Nossa entidade, **EducaFórum**, é um filhote virtual do Fórum Municipal de Educação.

Quero dar os parabéns a esta Comissão de Administração Pública por ter tomado a frente da discussão de assunto tão importante, que é o Plano Municipal de Educação. Aproveito para me desculpar com o Vereador Gilson Barreto, pois penso que fui um pouco ríspida na primeira audiência e quero explicar o motivo. Quando eu estava na plateia, ouvi o representante da Secretaria Municipal de Educação dizer que estava sendo fundado naquele dia o Fórum Municipal de Educação. O Fórum foi uma iniciativa nossa, de pais de alunos – dos quais sou representante – e pessoas da sociedade civil. Ele foi fundado, portanto, há 20 anos, exatamente no mês de maio de 1993. Assim, levei um susto. V.Exa. me desculpe, não foi nada pessoal. Inclusive estou inclusive parabenizando esta Comissão porque acho oportuno esse adiantamento do processo, com realização de audiências conjuntas com a Comissão de Educação, o que é superimportante.

Infelizmente, não fomos convidados para o lançamento do Fórum Municipal de Educação. Nós ainda não estamos entendendo do que se trata. Ao representante da Secretaria Municipal de Educação que esteve nesta Comissão na primeira audiência pública, nós entregamos um documento, mas não houve até agora nenhuma explicação. Então, estamos aguardando um posicionamento a respeito desse fórum.

Em relação à pauta de hoje, eu gostaria de falar sobre o financiamento dos recursos. Na verdade, fomos nós do Fórum Municipal de Educação que praticamente

levantamos esse assunto na mídia nacional em 1994, provocando o Prefeito Paulo Maluf para que ele se posicionasse a respeito das verbas, pois não conseguíamos entender qual era a verba aplicada e de que forma ela era aplicada. Entendíamos que havia manipulação e desvios de verbas.

Ele simplesmente não nos respondeu, e até houve certa arrogância da assessoria de imprensa dele. O que fizemos? Viemos a esta Comissão de Educação desta Casa e recebemos certo apoio, o qual, porém, não foi suficiente, porque a Comissão também não conseguiu compreender como funcionava essa questão do financiamento.

A partir disso, o Fórum Municipal de Educação entrou com representação no Ministério Público a respeito das verbas do Município e também a respeito das verbas do Estado. Por isso, não entendo a posição do atual Secretário Municipal de Educação, César Callegari, que na época caminhou paralelamente com o Fórum Municipal de Educação pela cobrança das verbas do Estado, que ele também entendia estarem sendo manipuladas e desviadas.

O que queremos dizer em relação ao financiamento das verbas é que durante estas audiências públicas gostaríamos que fosse muito bem explicado como são aplicadas essas verbas, porque continuamos entendendo que tem havido manipulação e desvios. Não entendemos que estejam faltando verbas, mas que não há transparência a respeito de como essas verbas são aplicadas, e isso é extremamente importante.

Basicamente, é isso que eu gostaria de deixar registrado sobre o financiamento das verbas. O Mauro continuará explicando sobre o Fórum Municipal de Educação e sobre as nossas outras pretensões.

Agora, eu gostaria de “chorar” um pouquinho ao Vereador Gilson Barreto, porque ele só fala da importância do Plano Municipal de Educação para os educadores. Vereador: e os pais de alunos? E os alunos, que entendemos ser o motivo pelo qual a

educação existe? Assim, eu gostaria de sensibilizar esta plateia para que não houvesse preocupação apenas com a classe dos educadores. Embora a respeitemos muito, entendemos que existe outra abordagem do assunto. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (REIS) – Tem a palavra o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Em primeiro lugar, grande parte dos professores também são pais. Tenho certeza de que, além de olharem sob a perspectiva profissional, olharão também sob a perspectiva de pais.

Audiência pública é para todos, não somente para alguns.

Às vezes, fico pensativo quando ouço algum questionamento sobre as Comissões. Aqui - quero que vocês entendam – existem as Comissões, cada uma delas têm 7 ou 9 Vereadores, um de cada partido, e nelas são discutidos os assuntos relacionados à Administração Pública, ou seja, todos os assuntos concernentes a ela. A de Educação, por exemplo, abarca também cultura e esportes.

O projeto que estamos discutindo está na Comissão de Administração Pública. Requereram que a audiência pública requerida feita por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação. Assim, requeremos ao Presidente, que consultou os Srs. Vereadores. Em seguida, quando o projeto sair da Comissão de Administração Pública, irá também para a Comissão de Educação, que poderá fazer outras audiências.

Eu quero dizer...

Eu quero dizer que conheço a lisura e a imparcialidade desse moço e sei como ele procede. Não estou aqui para fazer de conta e depois embutir coisas do Governo no relatório, que está com o nobre Vereador Mario Covas Neto, o Relator da Comissão de Administração Pública. A Comissão de Educação também fará seu relatório.

Preocupa-me o fato de alguns questionamentos estarem fugindo um pouco da questão educacional que estamos propondo. O projeto foi apresentado pelo Governo anterior e

veio para cá. E agora é a hora de fazermos as mudanças que os pais e os educadores querem. Daí a minha preocupação quanto a uma participação mais efetiva dos educadores e dos pais.

Então, repito, nada será colocado em relatório que venha a sair somente da minha cabeça, da cabeça do nobre Vereador Reis ou da do nobre Vereador Mario Covas Neto. A questão tem que vir de vocês, educadores.

Não que esteja sendo direcionado, mas por que essa euforia da Comissão Pública em não realizar audiências públicas? No início cheguei a questionar isso, mas agora estou entendendo que isso é fruto de uma ansiedade em aprovar um projeto que é de 2010 ou de 2011 e que estava parado.

A Comissão de Administração Pública está aqui para trabalhar. Se o projeto estiver parado, ele vem para cá, e todo o anseio dos segmentos será transmitido, apresentado e defendido em Plenário. Disso não abrimos mão.

Não estou aqui para dizer a Secretário de Estado ou a Subsecretária do Município que tem que ser aprovado dessa ou daquela maneira. Não, assim não vão contar com o nosso apoio. Disto vocês podem ter certeza: nada será feito no chute. Estou no meu sexto mandato, tenho responsabilidades, conheço bem esta Casa e sei como proceder.

Esse documento não terá valor para um mês ou um ano, mas para dez anos. Sofremos com o Plano Diretor, que foi aprovado há dez anos, no grito, às 0:20h Hoje a Cidade está pagando o preço disso.

Então, não quero que o mesmo aconteça com o Plano Municipal de Educação.

Essas colocações eu estava guardando e precisava falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, nobre Vereador Gilson Barreto.

Acaba de chegar a informação de que já constam do portal da Secretaria Municipal de Educação as inscrições para a Conferência Municipal de Educação da Cidade de São Paulo. A portaria da Conae foi publicada hoje, e o fórum será realizado no sábado.

Tem a palavra o Sr. Mauro, do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – A entidade da qual faço parte é uma das que apoiam e patrocinam o Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, que existe há 20 anos e que não tem nada a ver com esse fórum chapa branca que foi criado *ad hoc* para cumprir uma ordem de Brasília.

Primeiramente cumprimento o Vereador Gilson Barreto pela realização destas audiências temáticas, que é o que falta para vários projetos em tramitação na Casa. Cumprimento o Vereador Reis, membro da Comissão de Educação, e o Vereador Mario Covas Neto, que teve a iniciativa de ouvir a comunidade a fim de melhorar a sua Relatoria.

Lembro que o Plano Municipal de Educação era para ser feito desde a Lei Orgânica do Município de São Paulo. Na verdade, em 1999, a Comissão de Educação chegou a fazer várias reuniões públicas, sob a presidência da então Vereadora Ana Maria Quadro, e chegou a elaborar um projeto de lei, que mais tarde viria a ser arquivado por falta de iniciativa legítima, uma vez que tinha que vir do Executivo. Como o Executivo não mandou, a Comissão de Educação fez. Daí ter sido arquivado.

Nesse documento que distribuímos, sugerimos ao Vereador Mario Covas Neto que S.Exa. faça uma avaliação do documento de 1999, porque, se V.Exas. puderem verificar, nele constava o controle do Plano, inclusive a municipalização do Fórum Municipal de Educação, com a participação de pais, alunos, funcionários e professores, sem a interferência do governante de plantação. Existia ainda a ideia de fóruns regionais para fazer acompanhamento do Plano, já que a cidade de São Paulo tem a característica muito peculiar da distância entre um lugar e outro e assim para todo mundo poderia acompanhar.

Ainda bem que esta reunião está sendo transmitida via internet, porque assim posso sugerir de o pessoal passar, durante esta audiência pública, sugestões que podem ser incorporadas ou pelo menos avaliadas pelos Srs. Vereadores.

Não estou aqui para discutir a valorização do Magistério, mas o Movimento de Olho na Escola Pública tem feito a discussão de que nos países civilizados já existe uma avaliação

dos professores a cada três anos. Não necessariamente é uma provinha, mas uma avaliação. O professor que não passa nessa avaliação vai para um curso de capacitação e se não atender à expectativa do sistema de ensino, é excluído dele. Fica a sugestão.

Sobre o GT Educação, o Governo Municipal chamou algumas entidades via edital e via *Diário Oficial* para discutir a elaboração de um plano de educação no Gabinete do Secretário. As entidades que compõem o Fórum Municipal de Educação entenderam que o espaço legítimo para isso era a Comissão de Educação, que é pública e plural e que nos permite não ficarmos amarrado a uma proposta do Executivo. Tanto isso é verdade que não consta do Plano o que foi discutido publicamente.

Uma crítica às conferências é que muitas são decididas no voto de crachá, mas apenas 10% são de pais e alunos e 90% são de corporação. Aí entra a discussão que aconteceu em 2010: ser ou não a favor de eleições para diretor de escola. Como isso fosse gestão democrática. Os crachás são levantados, e a maioria dos professores vota contra porque o sindicato dos professores é sindicato de gestores.

No caso, por exemplo, da educação conveniada, também houve uma votação desse mesmo modelo. Sendo a maioria funcionários públicos sindicalizados, votaram contra os convênios.

Por isso é muito importante prestar atenção não só ao que surge das conferências, mas em quem são os autores das propostas. Inclusive no item 8 da lista propomos que nesses encontros seja garantida a informação de onde vem a proposta. É muito importante saber, porque às vezes um pai quer fiscalizar o trabalho do professor, mas, se colocado em votação, 90% dos professores não querem votar.

Já tenho que finalizar a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu estou seguindo a orientação do Vereador Gilson Barreto, para deixá-lo falar.

NÃO IDENTIFICADO – Muito obrigado, nobre Vereador. Estamos falando dessa

gestão democrática, mas há um Conselho Municipal de Educação que não é democrático. É indicado sabe-se lá Deus como. Inclusive, em 1999, havia uma proposta de democratização. O Presidente do Conselho Municipal de Educação, que tinha obrigação de fazer uma proposta de Plano de Educação junto com o Governo, está lá desde o século passado, e, até hoje, não há Plano Municipal de Educação.

No tema da Administração Pública especificamente, há um dispositivo que fala que, nesse plano, o Município tem de garantir o Ensino Médio conjuntamente com o Ensino Técnico. Aí se volta aquela responsabilidade constitucional. Se a prioridade é o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, só podendo atender a outras áreas do ensino depois de atender a toda a demanda, é incabível o Município atender ao Ensino Médio com defasagem de 200 mil vagas em creches. Se forem apurar, pode-se chegar ao número de 500 mil.

A proposta do Fórum Municipal de Educação será no dia da eleição do conselho de escola. Há uma campanha, todo começo de ano, para haver uma eleição democrática desse conselho, e uma campanha também contra aulas vagas. É muito comum faltarem professores. Aí no final do ano, completam-se só 75% das aulas, e o aluno que foi prejudicado passa de ano, porque cumpriu a carga mínima, mas tinha direito a 800 aulas.

Faço um convite para o dia 8 de junho, para discutirmos, na Câmara Municipal, das 14 às 18 horas, sobre o debate Educação Infantil, Creches e Convênios, até para se contrapor essa corporação que quer acabar com os convênios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. José Adão, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO – Boa noite a todos. No dia 18 de junho próximo, o MNU, Movimento Negro Unificado, faz 35 anos. Uma das questões que colocamos, no outro dia 17 de julho de 1978, foi de que o País tivesse uma educação de qualidade e que alterasse realmente a relação política e econômica, em favor de todos os cidadãos, em especial os

injustiçados historicamente, no qual colocamos a população negra.

Esta Casa, em 2004, instituiu o dia 20 de novembro como feriado municipal, reconhecendo e resgatando um personagem histórico, o Zumbi dos Palmares. O Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril de 2012, reconheceu a constitucionalidade da democratização do acesso ao ensino universitário, por meio do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, com a questão da autodeclaração étnica como negro ou como indígena, e, aliado a isso, a questão econômica.

Para todas essas questões, a Educação é o ponto central, para haver uma mudança de fato. Por essa razão, o MNU começou a participar; atendeu àquele edital da Secretaria Municipal de Educação em agosto de 2008 e passou a compor a Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação. Para nós isso foi muito salutar, porque foram geradas cerca de 20 mil propostas nessa Cidade. Elas foram sistematizadas em cerca de 900, as quais foram discutidas na Conferência de Educação na cidade de São Paulo no dia 18 de junho de 2010. Então, reconhecemos esse processo como democrático e amplo. Houve várias questões, com divergências, mas, por unanimidade, confiou-se a esta Casa ouvir a cidadania, resgatando aqueles documentos, aquelas propostas, e, por livre e espontânea vontade, e com a colaboração de todos, decidir qual é o melhor caminho para a cidade de São Paulo. É por isso que insistimos tanto em ouvir cada Vereador, para que dê o seu melhor nesse processo.

Se fosse para votar o plano, já teríamos pressionado, para que isso já tivesse feito antes, até que, no final do ano, pedimos que não fosse feito isso de forma apressada, e ficasse para o primeiro semestre de 2012.

Então, não queremos simplesmente qualquer participação. Não queremos que o plano flua de qualquer jeito. Queremos realmente que haja dedicação, com a sabedoria e a inteligência de cada Vereador. Por quê? Porque, no nosso caso, a falta de educação, neste País, tem um preço muito caro; e esse preço é a morte. A dedicação em construir realmente um plano que atenda aos interesses de toda a população, em especial à população negra, que

ensine o amor, a justiça e a participação cidadã a todos, desde criança, desde à creche até à univesidade, a médio e a longo prazo, é a grande saída para o nosso País. Por isso, estamos aqui.

Uma das questões que colocamos há 35 anos foi a história geral da África e dos afrodescendentes no Brasil, em 1978. Foi feita a lei 10.639 em 20113, que está no Plano Nacional de Educação e também no Programa de Metas do Sr. Prefeito Fernando Haddad. Então, colocamos uma questão que já é um fato dado; é comum. Esta Casa já reconheceu isso. O que estamos preocupados agora é darmos um passo à frente, para os próximos cinco, dez, vinte ou cinquenta anos, para que crescamos com harmonia, amor, carinho, paz e justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Jonas, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

O SR. JONAS – Boa noite a todos. Trabalho na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo, que está em vias de ser oficializada. Esta Casa já aprovou a reestruturação das secretarias do Governo Municipal, e isso já foi para sanção do Sr. Prefeito. Até a semana passada, não havia uma Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania na Prefeitura. Havia uma Comissão de Direitos Humanos e uma Secretaria de Participação e Parceria. A gestão do Sr. Prefeito Fernando Haddad está criando essa nova Secretaria de Direitos Humanos, fundindo a Comissão de Direitos Humanos e a Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Então, é uma nova secretaria, que está organizada em várias coordenações e trata de população em situação de rua, imigrantes, crianças, adolescentes, idosos, enfim, pessoas que vivem em situações mais vulneráveis na cidade de São Paulo.

Eu trabalho na Coordenação de Educação em Direitos Humanos, na coordenação transversal, porque a Educação e os Direitos Humanos estão vinculados a todas essas

coordenações que eu mencionei. Na cidade de São Paulo, nas escolas, existem diariamente muitos casos de racismo, homofobia e *bullying*. A ideia de coordenação de Educação em Direitos Humanos é poder apoiar os professores e toda a comunidade escolar a lidar com esses casos de discriminação, preconceito e de violações dos direitos humanos que acontecem na escola. A coordenação de educação em direitos humanos tem uma frente de atuação junto à Guarda Civil Metropolitana para fazer formação em direitos humanos. Há também uma frente de atuação cultural, para criar uma cultura de direitos humanos no Município, para desconstruir a ideia de que direitos humanos é coisa para bandido, ou que só defende bandido e construir uma ideia de promoção dos direitos humanos como direito de todos. Há toda uma disputa cultural de resignificar o que são os direitos humanos.

Há a ação também junto à rede municipal de Educação. Para discutir e criar essa política municipal de educação em direitos humanos foi criado um GT intersecretarial de educação em direitos humanos do qual participam as Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. A portaria foi publicada há duas semanas e estamos começando a fazer as reuniões desse grupo de trabalho intersecretarial de educação em direitos humanos.

Uma das ações que estamos focando nesse GT é justamente participar do processo de construção do Plano Municipal de Educação. A meta 16 fala da valorização dos profissionais com cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, estamos tentando, em convênio com o Governo Federal, trazer cursos de formação de temática de direitos humanos para os professores da rede, há cursos de gênero e diversidade na escola, de educação e relações étnico-raciais, escola que protege, que é um curso que mobiliza toda a rede de atendimento integral do território para apoiar o processo educativo.

Enfim, há a meta 16 na minuta do Plano que está circulando e há também a meta 22, que ouvi uma menção aqui e, infelizmente, não sei muito bem qual é a divergência que existe, não sei se o Vereador puder esclarecer, ou o plenário, mas a meta 22 que é a de

promoção da diversidade e combate às formas de discriminação no ambiente escolar é uma meta que estamos querendo fortalecer dentro do Plano e a nossa sugestão é que a redação da meta seja aproximada à redação da Resolução 1 do Conselho Nacional de Educação de 2012, que estabelece as diretrizes para a educação em direitos humanos que vem do Conselho Nacional de Educação e temos a orientação que podemos apoiar esse processo.

O que norteia a nossa atuação é a convicção de que num ambiente plural e diverso a promoção dessa diversidade também promove a melhoria da educação. Em um ambiente diverso, plural e de respeito e de convivência: aprende-se, ensina-se, convive-se de uma maneira melhor e com mais qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra a Sra. Carla, professora da rede municipal.

A SRA. CARLA - Boa noite à Mesa e a todos os presentes. Em primeiro lugar, quero justificar o fato de ter chegado atrasada, pois, apesar de minha categoria estar em greve, eu estava trabalhando. Além de ser professora da rede municipal, também eu sou estudante, estou concluindo agora o curso de Gestão de Políticas Públicas na USP e estou estudando o processo de construção do Plano Municipal de Educação. Como grande interessada no Plano, por ser funcionária da rede, eu queria fazer algumas ponderações. Vocês irão me ver bastante nas próximas audiências, pois em todas virei falar sobre uma questão que não aparece no Plano, a quantidade de alunos por adulto na rede municipal de São Paulo.

Todas as metas que envolvem qualidade, desenvolvimento e expectativas de aprendizagem – e isto é a realidade de quem vive o dia a dia da sala de aula – esbarram nessa questão da quantidade de alunos por adulto nas salas de aula da rede municipal de educação. Isso acontece não só na educação infantil, área em que atuo. Já trabalhei em EMEF, nas CEIs, nos agrupamentos. Na educação infantil e no ensino fundamental são 35. Tenho uma turma de 35 crianças de 4 anos, cuidadas e educadas por mim durante quatro horas ininterruptas, sozinha. Como garantir qualidade de aprendizagem em uma situação como essa? Quando

vemos Pacto **Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**, que também está no Plano na forma de meta de alfabetização até os oito anos de idade, penso: como garantir que iremos alfabetizar essas crianças até essa idade? Na maioria dos anos de minha carreira, trabalhei como alfabetizadora e percebi que, infelizmente, exatamente as crianças que não aprendem na idade certa são as que precisam de um atendimento mais especializado, individualizado, não só do ponto de vista cognitivo, mas também do ponto de vista afetivo e emocional. Infelizmente, um adulto que tem de cuidar de 35 crianças e educá-las não tem condições de prestar atendimento a essas crianças. Senti falta, no Plano, desse envolvimento da qualidade com o quesito redução de alunos por sala de aula.

Minha categoria, a dos profissionais da educação de São Paulo, está em greve. Amanhã teremos uma manifestação. No sábado haverá uma caminhada cívica. Não sou representante de sindicato, tanto que estou na sala de aula; mas enfatizo que essa é uma das principais reivindicações da categoria. Não sei se há algum presente que seja professor da rede, mas com certeza os colegas professores sabem de qual realidade estamos falando, em que equipamentos, material, espaço físico, nada disso consegue ser suficiente para um processo de educação em que não temos condições de atender nossos alunos com dificuldades. Essa é uma das questões.

A meta 37 me deixa muito entristecida, pois fala em aproximar o rendimento dos professores do de outros profissionais de mesma escolaridade. Não sei o que significa aproximar. Penso que o Plano deveria ser mais específico e falar em igualar as condições de salário do profissional da educação com o de outros profissionais de mesma escolaridade. Estamos esperando o apagão da educação. Se não tivermos um salário inicial que seja coerente com o que o profissional precisa – ou seja, formar-se e estudar continuamente para conseguir exercer sua profissão -, realmente não teremos professores para atingir essas metas até 2020. Ouso dizer que poderemos, em três ou quatro anos, ter um apagão na educação. Não haverá profissionais suficientes que queiram iniciar uma carreira de professor, pois, com

as condições que hoje estão postas, não será possível haver jovens sonhando com uma carreira na qual eles não terão um mínimo de valorização – nem a salarial nem as de status social etc.

Sobre a meta 22, a questão do controle social e do acompanhamento das políticas educacionais, também falo pela minha categoria que, infelizmente, só soube hoje desta audiência pública. Então, não estamos sendo informados sobre as discussões e não estamos participando do Plano desde o princípio.

Os professores que aqui estão participando vêm porque têm outros interesses e outros meios de saber do que está acontecendo. A própria Conferência Municipal de Educação está sendo pouco divulgada; as escolas não sabem o que está acontecendo. A realidade é essa. Estamos alienados dentro da escola, pois o nosso futuro profissional está sendo decidido, e não estamos sabendo o que está acontecendo, sendo que temos os processos democráticos de participação, mas é preciso de uma aproximação dos profissionais da Educação com essa discussão. É uma questão para a Mesa pensar.

Por hoje, é isso, mas falarei nas próximas audiências, pois estarei aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigada, Professora Carla. Parabéns pela excelente exposição.

Passo a palavra ao Vereador Mario Covas, para que faça as considerações.

O SR. MARIO COVAS NETO – Apenas agradecer àqueles que tiveram boa vontade e participaram desta audiência pública; lamentar que a questão de gestão, financiamento e qualidade da Educação, o tema de hoje, não tenha sido debatido na sua totalidade. Aliás, vou levar à Comissão de Administração Pública a ideia de que, eventualmente, fazemos outra audiência para tratar desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Terá o meu apoio.

O SR. MARIO COVAS NETO – Seja como for, quero agradecer a todos.

Todas as ideias vão ser consideradas. Pretendo fazer um relatório de acordo com o que eu escutar, de acordo com as sugestões que vierem e não conflitantes e as que forem conflitantes, teremos de encontrar um mecanismo para harmonizá-las. Coloco-me à disposição de todos, independentemente das audiências públicas, meu gabinete está à disposição, caso queiram mandar sugestões diretamente para lá.

Gostaria muito, Vereador Reis, que a gente pudesse em todos esses calendários de audiências, que a participação da Comissão de Educação se fizesse presente. Nós já fizemos uma solicitação assim oficialmente, mas quero reiterar que é extremamente necessário que isso se dê em conjunto, até para que fique claro para alguns que não há uma divisão nem um interesse de um se sobrepor ao outro.

Na verdade, esse é um processo de discussão que, por uma questão alheia à minha vontade, tem uma tramitação na Casa e acabou esse processo chegando primeiro na Comissão de Administração. Sendo eu o Relator, não quero me furtar do dever de fazer isso da forma que me pareça mais correta.

Para não perdermos tempo, para que possamos produzir mais e, eventualmente, se amanhã, a Comissão de Educação entender que deve fazer outras audiências, que as faça. Não tem problemas, mas que seja uma continuidade daquilo que estamos fazendo para, ai sim, não ter concorrência nem para cansar os nossos participantes.

Agradeço a todos pelo dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, nobre Vereador Mario Covas.

Passo a palavra ao Vereador Gilson Barreto, para que faça suas considerações finais.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Comungo com o nobre Vereador Mario Covas porque um assunto desses, a valorização dos profissionais de Educação, gestão, financiamento e qualidade de Educação, é um assunto muito importante. Estou de pleno acordo e possivelmente marcaremos outra

audiência pública sobre esse assunto.

Dia 25/5, sábado, das 16 às 18h, na Uninove, no auditório, à Rua Guaranesia, 425, Vila Maria. A audiência pública é para educadores e pais comparecerem e defenderem seus direitos.

Repito, o Plano Municipal de Educação é que vai dar o direcionamento da vida dos profissionais de educação. Se houver omissão dos próprios professores, educadores e pais, é claro que vamos ter um plano que quem vai sofrer e pagar o preço são os próprios educadores.

É um dever de cada um de nós, inclusive, divulgar esse trabalho porque o fórum adequado é aqui, na audiência pública. Se não houver manifestação, não adianta depois fazer movimentos fora daqui porque isso não leva a nada.

O fórum é este e será feito inclusive através de um substitutivo. O relator mostrará o que existe, as mudanças que a Comissão propõe, depois vai a voto dos sete Vereadores e da Comissão de Educação. Em seguida, o substitutivo vai ao plenário. Se ninguém se manifestar, vai o que está aí. É bom ou ruim? Vocês é que vão dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Gilson Barreto.

Eu já conversei com todos os Vereadores da Comissão de Educação e é certo que eu não poderei estar em todas as audiências, até porque hoje tivemos uma agenda desde às 9h até agora. Houve CPI, Comissão de Segurança, agora a audiência pública, então, o dia foi muito pesado. Sábado, estou com a agenda cheia também. Vou conversar com os integrantes da Comissão e pedir que se revezem para que cada audiência pública tenha alguém da Comissão de Educação.

Depois de tantas audiências públicas, creio que este projeto chegue à Comissão de Educação em agosto porque em julho tem recesso. Quando chegar, vamos buscar ampliar o debate e tentar fazer, como os Vereadores daqui estão fazendo, não só audiência pública aqui, mas *in loco* até para facilitar a participação das entidades e dos professores.

Já fui professor da rede estadual e sei que não é fácil, então, é importante que os professores compareçam e falem o que pensam e o que deve ser feito. É importante também ouvir as entidades que representam os educadores.

Agradeço a oportunidade que V.Exa. me deu em presidir esta audiência pública.
Agradeço ao Vereador Mario Covas e a todos os presentes.

Não havendo mais nada a ser tratado, está encerrada esta audiência pública.
